

Exmo.Sr.Dr.Juiz de Direito
Comarca de Palmeiras das Missões

R. H.
à DISTRIBUIÇÃO
EM: 11.4/84

Juiz de Direito - Diretor do Fôro

13h.
R. A.
Cm 23/4/84

ATHOS MACIEL NASSIF,
estabelecido com firma individual, com sede e foro nesta
cidade, na rua Major Novais, nº989, inscrito no CGCMF sob
nº 88.986.526/0002-14 e com inscrição estadual sob nº 089/
0023395, realizando a prática do comércio, com o nome fan-
tasia de ELEKTRON-ENGENHARIA ELÉTRICA, COMÉRCIO E REPRESENTA-
ÇÕES, vem à presença de Vossa Excelência, com todo o res-
peito e maior acatamento, através de seu procurador ao fi-
nal firmado, para tanto devidamente constituído, com funda-
mento no artigo 8º do Decreto Lei nº7661, de 21.06.1945 -
Lei de Falências - R E Q U E R E R a decretação de sua
AUTO FALÊNCIA, em razão dos seguintes fatos e fundamentos.

O requerente, engenhei-
ro eletrecista, registrado no CREAA da 8a.Região, sob nº
25.677, em 18 de agosto de 1976 estabeleceu-se, através de
declaração de firma individual, com negócio cujo atividade
seria deserviços profissionais de engenharia elétrica, co-
mércio e representações de materiais elétricos, com um ca-
pital inicial de Cr\$40.000,00 integralizados no ato da de-
claração de constituição.

Através de sua dedica-
ção e esforço pessoal, de pronto ganhou destaque junto a
comunidade, o que se refletiu nos aumentos sucessivos do
capital social, quer através de incorporações, quer atra -

020/1.01.0000522-3 Implantação
Livro:27 Folha:81
Falências e Concordatas
Autofalência
Série:9 em:13/12/2001
1º Vara de Palmeira das Missões
Juizado/Judicancia: 1/1

9

através da utilização do saldo de conta especial para tanto, chegando mesmo a um capital social na ordem de Cr\$20.000.000, (VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS), com seis anos de atividade. Concomitantemente, assumiu praticamente toda a demanda de eletrificação rural, tanto em Palmeiras das Missões como nos municípios vizinhos, chegando a manter em permanente atividade cerca de 280 empregados.

O absorvimento de toda a demanda, à nível regional, trouxe certamente alentadas vantagens, entretanto onerou toda a relação com forte carga de natureza trabalhista e previdenciária, bem como deixou que todo o aprte financeiro fosse carreado tão somente através do único agente, no caso o Banco do Brasil, , que à partir do ano de 1982, passou a restringir as verbas para eletrificação rural, ocasionando um estrangulamento financeiro pela falta de capital de giro.

De outra banda, com o advento das eleições, realizadas em novembro de 1982, os municípios vizinhos foram brindados com eletrificação rural encontrando no requerente o principal captador das obras a serem realizadas.

As obras assim contratadas e programadas receberam orçamento a preço fixo e determinado, que veio de sofrer formidável abalo com a maxidesvalorização do cruzeiro, realizada no fim do mes de fevereiro de 1983, quando todo o orçado recebeu um ônus de cerca de 30% , posto que as empresas fornecedoras do material usado na eletrificação, ou utilizam matéria prima estrangeira, ou são efetivamente multinacionais.

Some-se a tanto as públicas e conhecidas dificuldades que se deram na região, com cheias que foram de abril e maio de 1983 até praticamente o mes de setembro e, teremos uma composição de fatores que passaram a pesar sobremaneira no comportamento empresarial do ora requerente.

4
9

O requerente, já agora forçado pelas circunstâncias, passou a busca de crédito e de apote financeiro a qualquer preço, posto que o crédito curricular já lhe era negado e restavam sem resposta o acionamento de canais, na tentativa de novos recursos, suplementação de verbas e correção dos custos iniciais, acabando por comprometer seu patrimônio pessoal na busca das soluções negadas.

O descumprimento do a vençado inicialmente ganhou notoriedade, sendo objeto de especulação política, gerando ataques constantes durante o último ano, o que efetivamente terminou por sepultar toda e qualquer pretensão de soerguimento. De resto o custo do atraso, mora contratual, assume hoje proporções descomunais, terminando por não permitir que o devedor possa vir a corrigir o atraso, retornando ao curso normal.

Em razão da forma comercial adotada pelo ora requerente, o que efetivamente depõe a seu favor, acabou que entre a pessoa física e jurídica criou-se um envolvimento de tal ordem, que hoje restam compromissos cruzados, aportes pessoais, tudo fazendo com que não mais se possa estabelecer distinção entre ambos, nada mais restando a não ser o remédio falencial, para ambos os comprometimentos, já que a empresa recebeu caracterização da mora, através de protesto judicial.

Assim, oferecendo os documentos a que se referem os incisos do artigo 8º da Lei de Falências, bem como o livro diário obrigatório, pede e requer a Vossa Excelência, que se digne decretar a falência do supli - cante, determinando as procedências de praxe, deixando de efetuar o preparo em vista da permissão legal.

Termos em que.

P.E.D.

P. das Missões, 18.04.84

bonaparte lazari jobim
bonaparte lazari jobim
oabrs 5373

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: ATHOS MACIEL NASSIF, brasileiro, casado, CPF nº 218498970.34, estabelecido com firma individual, registrada no CGC sob nº 88.986.526/0001-33 e inscrito no estado sob nº 89.000.23355, com sede na rua Major No vais, nº 989, na cidade de Palmeiras das Missões-RS.

Pelo presente instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE nomeia e constitui seus bastantes procuradores, o bacharel BONAPARTE LAZARINI JOBIM, advogado, casado, inscrito na OABRS sob nº 5373, com escritório profissional na Av. Borges de Medeiros, nº 541/2º, fones 24.11.90 e 24.79.29 e IBS-AUDITORES INDEPENDENTES S/C, CRCRS 2232, inscrita no CGC sob nº 89.550.271/0001-24, com sede na rua Andrades Ne ves, nº 14, 13º andar, para o fim de representá-lo, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, em juízo ou fora dele, em quaisquer ações, quer seja como autor ou réu, ou simples interessado, ficando pa ra tanto os mencionados procuradores investidos nos poderes da cláusula "ad judicium", bem como nos de acordar, substabelecer, com e sem reserva de poderes, reconhecer a procedência do pedido, receber e dar quitação, firmar com promisso, desistir, renunciar o direito sob o qual se fun da a ação, contestar, reconvir, propor e variar de ações, promover o pedido de falência de seus devedores, habilitar créditos em falências e concordatas, usar medidas preventivas e preparatórias, bem como requerer a auto falência do OUTORGANTE, podendo ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato por mais especiais que sejam, como se a qui fossem expressamente declarados.

Porto Alegre, 20 de março 1984.

RECONHEÇO, POR SEMELHANÇA A _____ FIR.

MA _____ DE

NASSIF.

ATHOS MACIEL NASSIF

PORTO ALEGRE, _____

EM TESTEMUNHO _____

DA VERDADE _____

3º TABELIONATO

22 MAR 1984

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática por ser a
Reprodução de original que me foi apresentado
O referido é verdade e dou fé.
Palmeira das Missões.

ELAINE NASSIM DA SILVA - Oficial Ajudante

TABELIONATO
Elaine Nassim da Silva
Oficial Ajudante
Palmeira das Missões - RS.

1984
C. SAL
PORTO ALEGRE

6
9

SUBSTABELECO. aos bacharéis MOISÉS NASSIF
AZEN, brasileiro, casado, advogado, inscri-
to na OABRS sob nº5118-D, com endereço na rua Major No-
vais, nº660 e JOSÉ AMÉRICO FREIRE, brasileiro, casado, advo-
gado, inscrito na OABRS sob nº4062, com endereço na rua
Borges de Medeiros, nº163, ambos domiciliados na cidade
de Palmeiras das Missões, os poderes a mim concedidos por
ATHOS MACIEL NASSIF, reservando poderes.

Palmeiras das Missões, 12 abril 1984.



BONAPARTE LAZARINI JOBIM
OABRS 5373

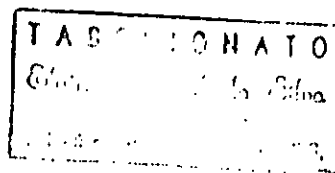
RECONHEÇO ser(em) verdadeiro(s) a(s) assinatura(s)

supra(s) de Bonaparte Lazarini-
Jobim, p. 1

DOU FÉ, em testemunho
verdade.

Palmeiras das Missões, 13 de abril de 1984.

Elcio Boett de Silva
Oficial Aludante



R. N. W. L.

